

Tutorial Biblioteca Digital Saraiva (BDS)



saraiva
EDUCAÇÃO

Estante de livros – Modo Galeria

Na estante de livros, as obras são exibidas na ordem das **versões mais recentes para as menos recentes**. No **modo galeria**, é possível visualizar a capa, o título, a edição, o ano e o autor de cada obra.

Exibindo 1-32 de 260 livros

Listado por: edições mais recentes

 GALERIA

 Galeria

 Lista



Direito Processual Civil
Esquemático

12ª edição | 2021
Vários autores



Direito do Consumidor
Esquemático®

9ª edição | 2021
Vários autores



Curso de Direito da
Criança e do
Adolescente

13ª edição | 2021
Kátia Regina Ferreira Lob...



Direito Civil

9ª edição | 2021
Paulo Lôbo

Estante de livros – Modo Lista

No **modo lista**, também é possível visualizar a capa, o título, a edição, o ano e o autor de cada obra.

Exibindo 1-32 de 260 livros

 LISTA

Listado por: edições mais recentes



Direito Processual Civil Esquematizado

12ª edição | 2021

Marcus Vinicius Rios Gonçalves, Pedro Lenza

LER LIVRO

DETALHES



Direito do Consumidor Esquematizado®

9ª edição | 2021

Fabricio Bolzan de Almeida, Pedro Lenza

LER LIVRO

DETALHES

Estante de livros – Abertos recentemente

Na **estante de livros**, é possível visualizar os últimos 5 livros **visitados pelo usuário**.

Abertos recentemente



Manual de
Direito Civil

5ª edição | 2021
Vários autores



Direito
Processual Civ...

12ª edição | 2021
Vários autores



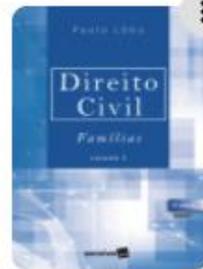
Curso de Direito
Ambiental...

21ª edição | 2021
Celso Antonio...



Teoria Geral das
Obrigações

18ª edição | 2021
Carlos Roberto...



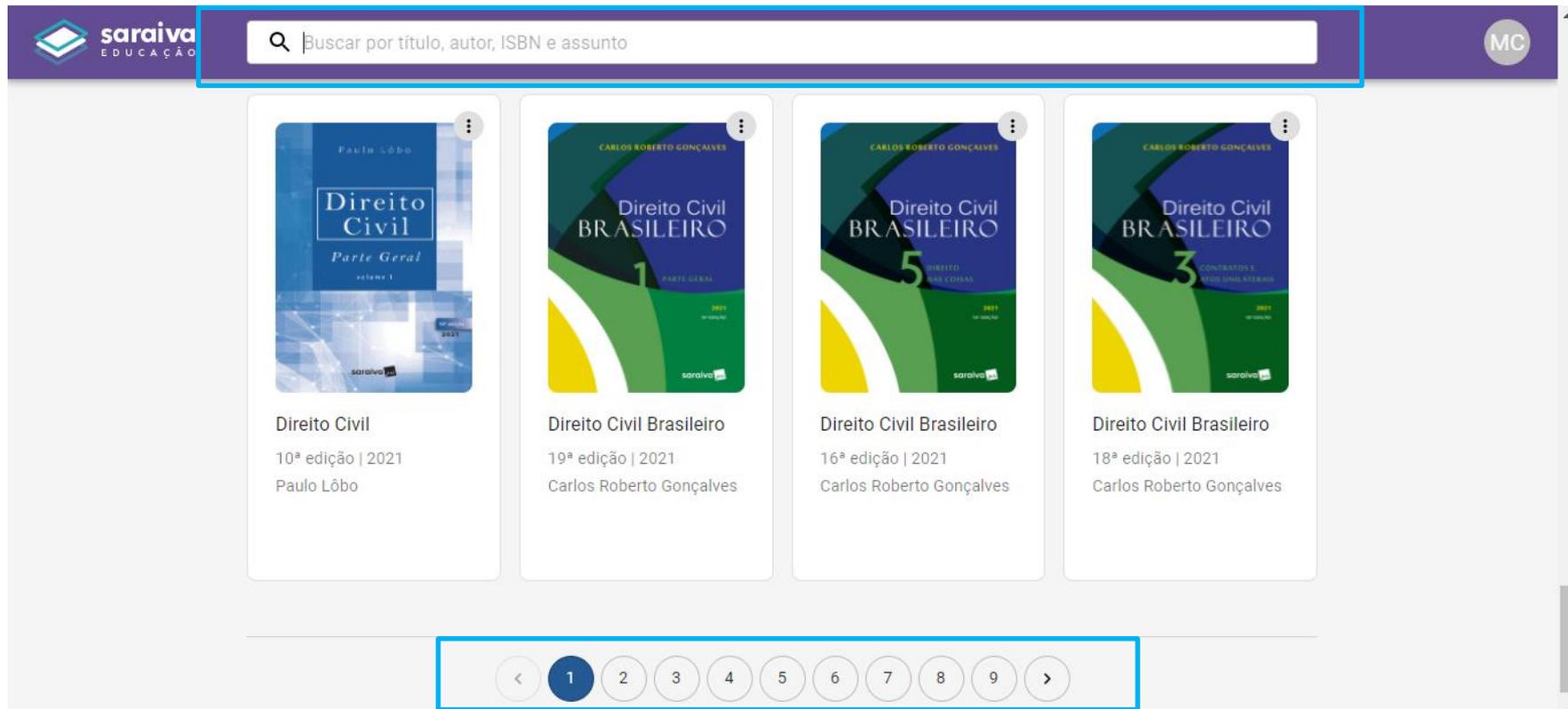
Direito Civil

11ª edição | 2021
Paulo Lôbo



Ferramenta de busca

A busca por títulos pode ser feita **navegando pelas páginas da estante de livros** ou utilizando a **barra de pesquisa**. Para uma pesquisa avançada, pesquise livros por **autor, título, assunto ou ISBN**.



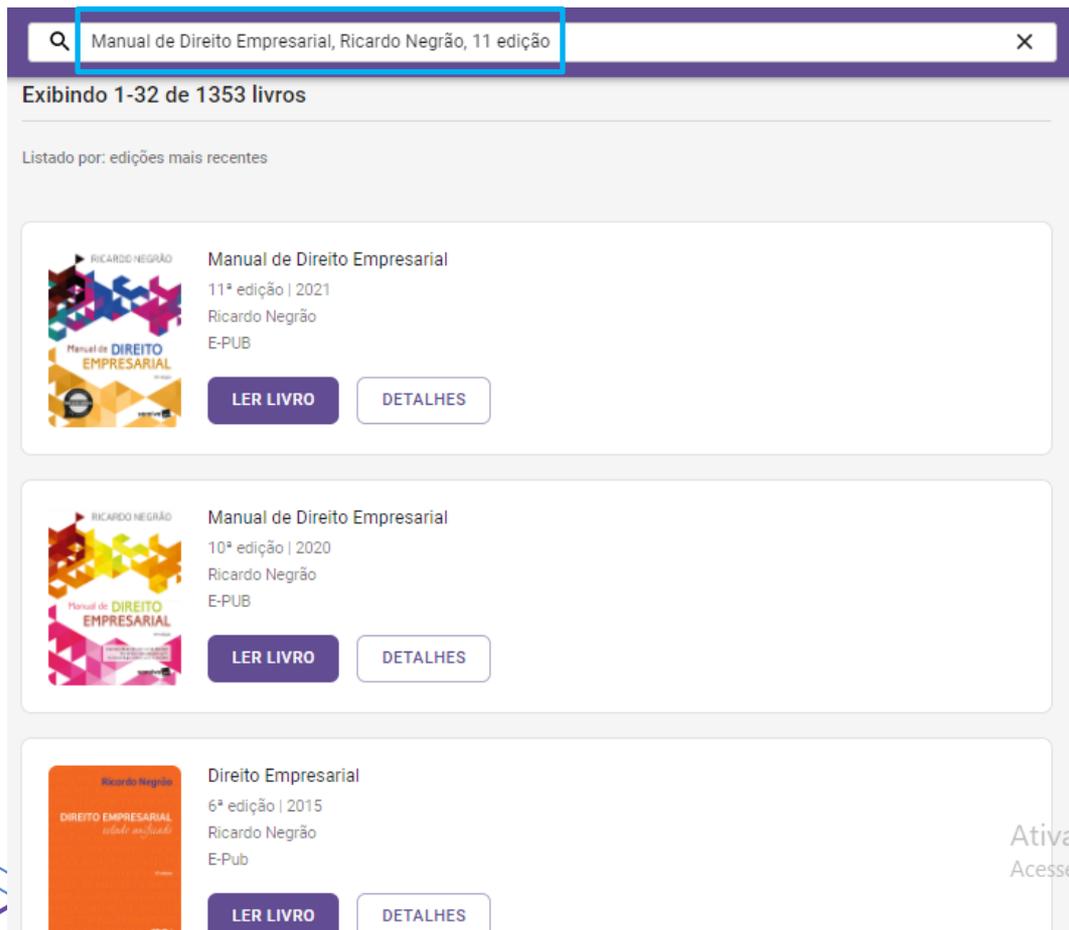
The screenshot displays the Saraiva Educação website interface. At the top left is the Saraiva Educação logo. A search bar is located at the top center with the placeholder text "Buscar por título, autor, ISBN e assunto". On the top right, there is a circular icon with the letters "MC". Below the search bar, there is a grid of four book covers. Each book cover has a three-dot menu icon in the top right corner. Below each cover is the book's title, edition, and author information.

Book Title	Edition	Author
Direito Civil Parte Geral volume 1	10ª edição 2021	Paulo Lôbo
Direito Civil BRASILEIRO 1 PARTE GERAL	19ª edição 2021	Carlos Roberto Gonçalves
Direito Civil BRASILEIRO 5 DIREITO DAS COISAS	16ª edição 2021	Carlos Roberto Gonçalves
Direito Civil BRASILEIRO 3 CONTRATOS E OBRIGACIONES	18ª edição 2021	Carlos Roberto Gonçalves

At the bottom of the page, there is a navigation bar with a series of circular buttons numbered 1 through 9. The button with the number 1 is highlighted with a blue background, indicating the current page.

Ferramenta de busca

Para realizar uma **pesquisa mais refinada**, utilize diferentes termos seguindo este padrão: "**Nome da Obra, Nome do Autor, 10 edição**", conforme exemplo ao lado:

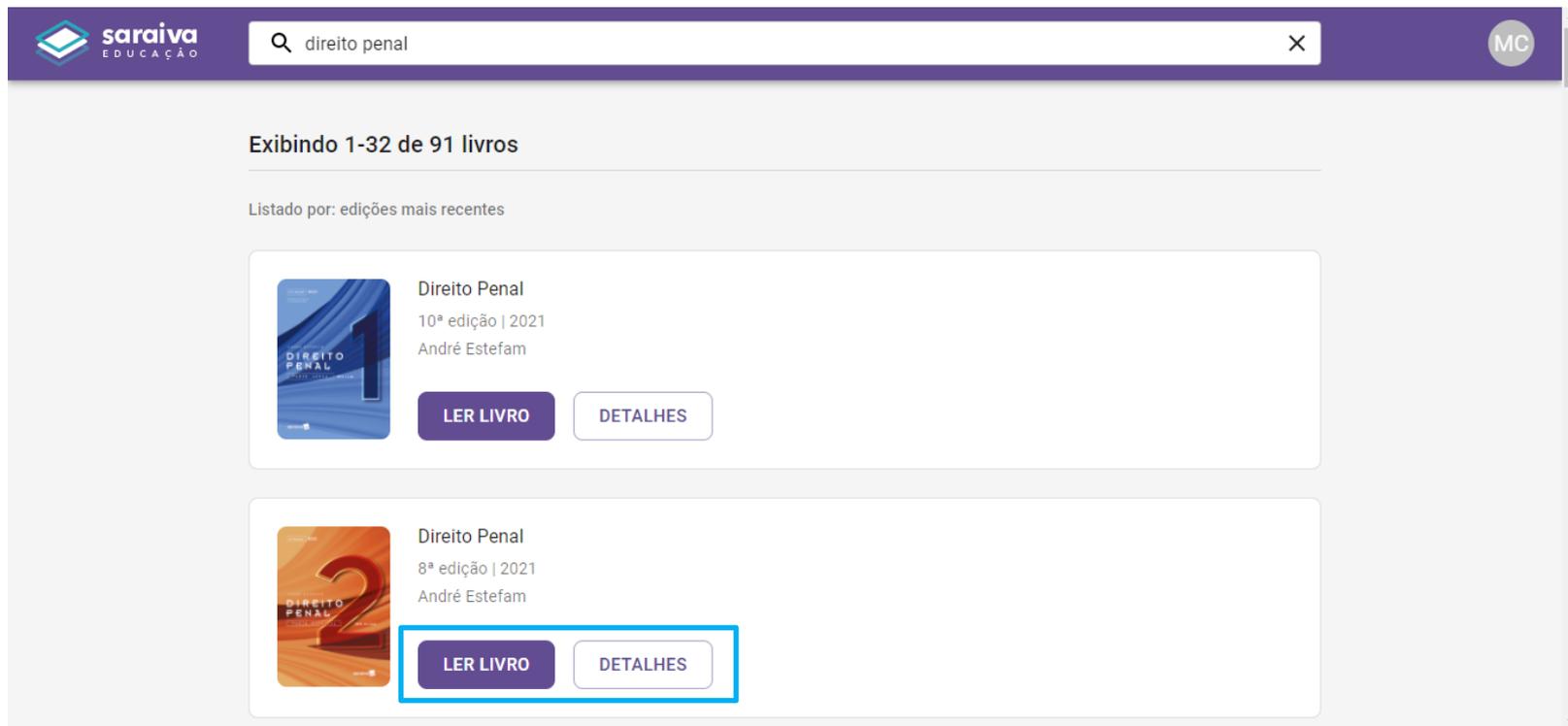


A screenshot of a search results page. At the top, a search bar contains the text "Manual de Direito Empresarial, Ricardo Negrão, 11 edição" and is highlighted with a blue border. Below the search bar, it says "Exibindo 1-32 de 1353 livros". Underneath, it says "Listado por: edições mais recentes". There are three book entries listed, each with a cover image, title, edition information, author name, format, and two buttons: "LER LIVRO" and "DETALHES".

Book Title	Edition	Year	Author	Format
Manual de Direito Empresarial	11ª edição	2021	Ricardo Negrão	E-PUB
Manual de Direito Empresarial	10ª edição	2020	Ricardo Negrão	E-PUB
Direito Empresarial	6ª edição	2015	Ricardo Negrão	E-Pub

Ferramenta de busca

Ao encontrar a obra que procura, há duas opções: “**Ler livro**” e “**Detalhes**”.



The screenshot shows the Saraiva Educação search interface. At the top, there is a purple header with the Saraiva Educação logo on the left, a search bar containing the text "direito penal" with a magnifying glass icon and a close button (X) on the right, and a circular user profile icon labeled "MC" on the far right. Below the header, the text "Exibindo 1-32 de 91 livros" is displayed. Underneath, it says "Listado por: edições mais recentes". Two book listings are shown. The first listing is for "Direito Penal" (10ª edição | 2021) by André Estefam, with a blue cover. It has two buttons: "LER LIVRO" and "DETALHES". The second listing is also for "Direito Penal" (8ª edição | 2021) by André Estefam, with an orange cover. This listing also has "LER LIVRO" and "DETALHES" buttons, which are highlighted with a blue rectangular border. At the bottom of the page, there is a decorative graphic consisting of overlapping, stylized geometric shapes in purple and teal.

Opção "Detalhes"

A opção "**Detalhes**" oferece todas as **informação detalhadas** sobre a obra, como o título, a edição, o ano, o nome dos autores, o ISBN, as categorias e a sinopse. Além disso, é exibida a **referência bibliográfica**, de acordo com a **norma ABNT** e o botão "**Copiar**" para que seja incluída em trabalhos acadêmicos.

Para iniciar a leitura do livro, basta clicar na opção "**Ler Livro**".



Direito Processual Civil Esquematizado

12ª edição | 2021

Autores: Vários autores

Categorias: Direito, Direito Processual Civil / Tgp

LER LIVRO

Sinopse

Indicada para alunos de graduação e candidatos a concursos públicos, a Coleção Esquematizado® oferece uma obra completa de Direito Processual Civil, atualizada com doutrina, legislação e jurisprudência em sintonia com as grandes tendências da atualidade e na linha dos concursos públicos de todo o País. Um livro sistematizado com destaque nos assuntos importantes, além de esquemas gráficos e tabelas, tudo para tornar o aprendizado mais ágil e agradável. Ao final dos capítulos o leitor encontrará questões de concursos, especialmente selecionadas pelo autor, que ajudam a fixar o conteúdo. Essa obra oferece um estudo direcionado e diferenciado àqueles que almejam a aprovação nos concursos públicos.

Referência bibliográfica

COPIAR

GONÇALVES, M. V. R.; LENZA, P. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book.

ISBN

Digital: 9786555590043

Todos os autores

Marcus Vinicius Rios Gonçalves, Pedro Lenza

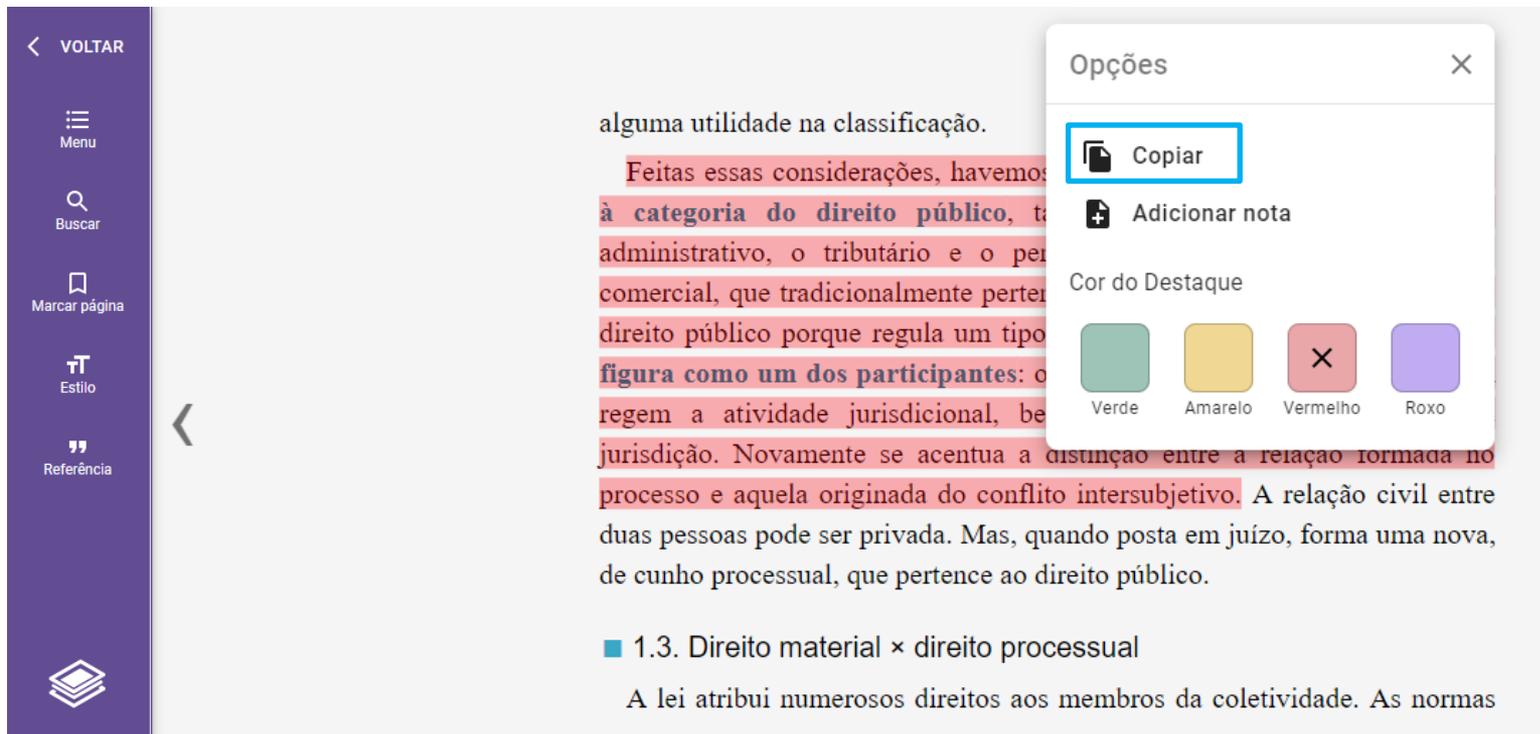
Acesso ao leitor da BDS

Ao clicar na obra desejada, você será direcionado para a **tela do leitor**, onde poderá navegar pelas páginas do livro. A **barra lateral ao lado esquerdo** apresenta **ferramentas de apoio a leitura**.



Leitor – Copiar trechos dos livros

Como forma de apoiar a realização dos trabalhos, é possível selecionar trechos das obras e copiá-los. Para isso, selecione o trecho que deseja e clique na opção "**Copiar**".



The screenshot displays a digital book reader interface. On the left, a dark purple sidebar contains navigation options: "VOLTAR" (Back), "Menu", "Buscar" (Search), "Marcar página" (Mark page), "Estilo" (Style), "Referência" (Reference), and a book icon at the bottom. The main content area shows a text passage with a red highlight. A context menu titled "Opções" (Options) is open over the highlighted text, with the "Copiar" (Copy) option selected and highlighted by a blue border. Below the menu, there are color selection options for the highlight: Verde (Green), Amarelo (Yellow), Vermelho (Red), and Roxo (Purple). The text in the background is partially obscured by the menu and highlight.

alguma utilidade na classificação.

Feitas essas considerações, havemos à categoria do direito público, t administrativo, o tributário e o pe comercial, que tradicionalmente pertencem ao direito público porque regula um tipo de atividade que se caracteriza por ser exercida por uma pessoa que figura como um dos participantes: o Estado, que rege a atividade jurisdicional, bem como a jurisdição. Novamente se acentua a distinção entre a relação formada no processo e aquela originada do conflito intersubjetivo. A relação civil entre duas pessoas pode ser privada. Mas, quando posta em juízo, forma uma nova, de cunho processual, que pertence ao direito público.

■ 1.3. Direito material × direito processual

A lei atribui numerosos direitos aos membros da coletividade. As normas

Leitor – Copiar trechos dos livros

A cópia dos trechos do livro oferecem duas opções:

"Copiar o trecho selecionado": apenas o texto selecionado será copiado.

"Copiar a Citação direta na norma ABNT": o texto selecionado será copiado já com a citação no formato exigido pela ABNT.

Copiar

Trecho selecionado COPIAR

O processo é o instrumento da jurisdição, o meio de que se vale o juiz para aplicar a lei ao caso concreto. Não é um fim em si, já que ninguém deseja a instauração do processo por si só, mas meio de conseguir determinado resultado: a prestação...
[ver mais](#)

Citação direta norma ABNT COPIAR

"O processo é o instrumento da jurisdição, o meio de que se vale o juiz para aplicar a lei ao caso concreto. Não é um fim em si, já que ninguém deseja a instauração do processo por si só, mas meio de conseguir determinado resultado: a prestação... (GONÇALVES, 2021, p.92) [ver mais](#)

Limite de cópia deste livro

FECHAR

Barra lateral do leitor - Menu

O menu lateral do leitor é composto por três seções: **capítulos, notas e marcadores.**

< VOLTAR



Menu



Buscar



Marcar página



Estilo



Referência



CAPÍTULO III

Princípios do Direito de Família

Sumário: 3.1. Princípios aplicáveis ao direito de família. 3.1.1. Princípio da laicidade. 3.2. Princípio da dignidade da pessoa humana e família. 3.3. Princípio da solidariedade familiar. 3.4. Princípio da igualdade familiar e direito à diferença. 3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros. 3.4.2. Emancipação progressiva da mulher no direito de família brasileiro. 3.5. Princípio da liberdade familiar. 3.6. Princípio da responsabilidade familiar. 3.7. Princípio da afetividade. 3.8. Princípio da convivência familiar. 3.9. Princípio do melhor interesse da criança.

3.1. Princípios Aplicáveis ao Direito de Família

Os princípios jurídicos, inclusive os constitucionais, são expressos ou implícitos. Estes últimos podem derivar da interpretação do sistema constitucional adotado ou podem brotar da interpretação harmonizadora de normas constitucionais específicas (por exemplo, o princípio da afetividade). No Capítulo VII do Título VIII da CF/1988 há ambas as espécies, particularmente pela especificação dos princípios mais gerais às peculiaridades das relações de família.

Além dos princípios fundamentais e gerais, há princípios específicos no âmbito do direito de família, aplicáveis a situações determinadas. Por exemplo, o princípio da monogamia, presente na cultura judaico-cristã, não é mais geral, em virtude do fim da exclusividade da família matrimonial, no direito brasileiro. Persiste como princípio específico aplicável à entidade familiar constituída pelo casamento. Todavia, até mesmo em relação ao casamento, esse princípio tem sido atenuado pelos fatos da vida, na medida em que o direito brasileiro tem admitido efeitos de família ao concubinato e às famílias simultâneas; exemplo é o art. 1.708 do

Barra lateral do leitor – Menu: Capítulos

A seção "**Capítulos**" permite que o usuário navegue pelos capítulos do livro. Basta clicar no capítulo desejado, que o leitor será direcionado para a seção selecionada.

Direito Civil

×

CAPÍTULOS NOTAS MARCADORES

Apresentação

Capítulo I - Família Brasileira: Origens e Dimensões Jurídicas

1.1. Introdução

1.2. Função Atual da Família. Sua Evolução e Perspectivas

1.3. Repersonalização das Relações de Família

1.4. Socioafetividade e Parentalidade

1.5. Constitucionalização das Famílias e de seus Fundamentos Jurídicos

Capítulo II - Direito de Família

2.1. Conteúdo e Abrangência

2.2. Direitos da Criança, do Idoso e da Pessoa com Deficiência

2.3. Evolução do Direito de Família Brasileiro

2.4. Direito Público ou Privado?

2.5. Tipos de Famílias segundo os Fins Legais

CAPÍTULO II Direito de Família

2.1. Conteúdo e abrangência. 2.2. Direitos da criança, do idoso e da pessoa com deficiência. 2.3. Evolução do direito de família brasileiro. 2.4. Direito público ou privado. 2.5. Tipos de famílias segundo os fins legais. 2.6. Interação com o direito das obrigações. 2.7. Interferências dos outros ramos do direito civil. 2.8. Tutela da privacidade e da intimidade. 2.9. Direito de família intertemporal.

Conteúdo e Abrangência

O direito de família é um conjunto de regras que disciplinam os direitos pessoais e as relações de família. Caracteriza-se por ser predominantemente cogente, com limitado espaço de autonomia privada.

Tradicionalmente, a doutrina jurídica brasileira, condicionada pela ordem adotada no Código de Processo Civil de 1916, distribuía o conteúdo do direito de família em três grandes partes: a) o direito de família em geral; b) o direito parental; c) o direito assistencial.

O direito de família abrangia as relações pessoais e patrimoniais entre marido e mulher, antes do casamento, os direitos e deveres comuns e de cada qual, a dissolução da sociedade conjugal, o divórcio, o casamento, os regimes de bens entre os cônjuges. A predominância ou primazia do direito de família, que introduzia o estudo da matéria, decorria do fato de o direito de família admitir como legítima a família assim constituída, remetendo as demais relações familiares ao âmbito do direito das obrigações, porque eram equiparadas a sociedades de fato. O Código de Processo Civil e o Projeto de CC/2002, elaborados antes da Constituição de 1988, a qual introduziu novos paradigmas do direito de família, mantiveram essa estrutura e a sequência dos estudos, apesar dos esforços de adaptação no Congresso Nacional. O

Barra lateral do leitor – Menu: Notas

Ao visitar a seção "**Notas**", é possível visualizar todas as anotações realizadas nas páginas do livros, assim como editar essas anotações.

Direito Civil

CAPÍTULOS NOTAS MARCADORES

mesmo da CF/1988, algumas áreas integradas ao direito de família se autonomizaram em legislação própria, a exemplo dos direitos da criança, dos direitos da mulher (principalmente da mulher casada), do reconhecimento da paternidade, do divórcio. Microsistemas jurídicos foram desenvolvidos, com a incidência concorrente de vários ramos do direito sobre a mesma situação jurídica de natureza familiar.

Importante estudar!

Capítulo II - Direito de Família

Relativamente ao direito protetivo, a doutrina sempre teve dúvida de sua necessária inserção nas relações familiares. Diz Pontes de Miranda que, rigorosamente, o direito protetivo não deveria achar-se no direito de família, salvo quando se tratasse de efeito imediato da relação parental (1971, v. 7, p. 171). Andou certo o CC/2002 quando transportou a disciplina da ausência para sua Parte Geral, pois é direito pessoal não familiar. Mas a guarda e a tutela,

Dúvida.

CAPÍTULO III

Princípios do Direito de Família

3.1. Princípios aplicáveis ao direito de família. 3.1.1. Princípio da laicidade. Princípio da dignidade da pessoa humana e família. 3.3. Princípio da solidariedade. 3.4. Princípio da igualdade familiar e direito à diferença. 3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros. 3.4.2. Emancipação progressiva da mulher no direito de família brasileiro. 3.5. Princípio da liberdade familiar. 3.6. Princípio da responsabilidade familiar. 3.7. Princípio da afetividade. 3.8. Princípio da convivência familiar. 3.9. Princípio do melhor interesse da criança.

Princípios Aplicáveis ao Direito de Família

Os princípios jurídicos, inclusive os constitucionais, são expressos ou implícitos. Estes podem derivar da interpretação do sistema constitucional adotado ou podem brotar da harmonizadora de normas constitucionais específicas (por exemplo, o princípio da igualdade). No Capítulo VII do Título VIII da CF/1988 há ambas as espécies, desde que pela especificação dos princípios mais gerais às peculiaridades das relações de família.

Princípios fundamentais e gerais, há princípios específicos no âmbito do direito de família aplicáveis a situações determinadas. Por exemplo, o princípio da monogamia, de origem judaico-cristã, não é mais geral, em virtude do fim da exclusividade da família monogâmica, no direito brasileiro. Persiste como princípio específico aplicável à família constituída pelo casamento. Todavia, até mesmo em relação ao casamento, o princípio tem sido atenuado pelos fatos da vida, na medida em que o direito brasileiro tem admitido o concubinato e às famílias simultâneas; exemplo é o art. 1.708 do

Barra lateral do leitor – Menu: Marcadores

Ao visitar a seção "**Marcadores**", é possível visualizar todas as páginas que foram destacadas pelo usuário. Ao clicar na página selecionada, a BDS irá redirecionar o usuário para aquela página.

Direito Processual Civil Esquematisa... X

CAPÍTULOS NOTAS **MARCADORES**

METODOLOGIA ESQUEMATIZADO

METODOLOGIA ESQUEMATIZADO

1. INTRODUÇÃO

3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

Sem essa distinção, corre-se o risco de extrair da disponibilidade do direito material consequências para o processo civil que, e...

3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

de imediato, se o processo está ou não apto para o julgamento, o que e um processo é enviado ao juiz para que, em princípio, profira decisão alguns dias refletindo sobre o tema e, nesse interim, proferir sentenças em são mais recentemente. Caso ele, ao final, após madura reflexão, decida e não sanear-lo, como pensara de início, haverá violação à ordem ável que assim fosse! O problema, que se apresentaria grave se fosse a do art. 12, *caput*, foi solucionado, já que a ordem cronológica não da sempre, ressalvadas as exceções legais, mas apenas em caráter role previsto no art. 12, § 1º, do CPC estava mais em consonância com a em que a ordem cronológica tinha sempre de ser observada. Com a orrente da Lei n. 13.256/2016, o meio de controle foi mantido, já que a fica foi preservada, mas perdeu boa parte de sua razão de ser, já que ela senão em caráter preferencial, podendo haver inversão sempre que haja

ialidade do juiz (juiz natural)

º, LIII e XXXVII, da Constituição Federal. O primeiro inciso dispõe que **em sentenciado senão pela autoridade competente**, e o segundo, que **il de exceção**.

lor se manifesta em dois aspectos: o de conter eventual arbítrio do poder imparcialidade do juiz, impedindo que as partes possam ter qualquer

Barra lateral do leitor - Estilo

A opção "**Estilo**" possibilita a variações do **tamanho da fonte**, da **cor do fundo** e do **modo de visualização do texto**, para atender a preferência de cada usuário da BDS.

< VOLTAR



Menu



Buscar



Marcar página



Estilo



Referência



CAPÍTULO III

Princípios do Direito de Família

ncípios aplicáveis ao direito de família. 3.1.1. Princípio da laicidade. dignidade da pessoa humana e família. 3.3. Princípio da solidariedade princípio da igualdade familiar e direito à diferença. 3.4.1. Direito das to a) diferença entre os gêneros. 3.4.2. Emancipação progressiva da de família brasileiro. 3.5. Princípio da liberdade familiar. 3.6. Princípio de familiar. 3.7. Princípio da afetividade. 3.8. Princípio da convivência cípio do melhor interesse da criança.

áveis ao Direito de Família

cos, inclusive os constitucionais, são expressos ou implícitos. Estes últimos podem derivar da interpretação do sistema constitucional adotado ou podem brotar da interpretação harmonizadora de normas constitucionais específicas (por exemplo, o princípio da afetividade). No Capítulo VII do Título VIII da CF/1988 há ambas as espécies, particularmente pela especificação dos princípios mais gerais às peculiaridades das relações de família.

Além dos princípios fundamentais e gerais, há princípios específicos no âmbito do direito de família, aplicáveis a situações determinadas. Por exemplo, o princípio da monogamia, presente na cultura judaico-cristã, não é mais geral, em virtude do fim da exclusividade da família matrimonial, no direito brasileiro. Persiste como princípio específico aplicável à entidade familiar constituída pelo casamento. Todavia, até mesmo em relação ao casamento, esse princípio tem sido atenuado pelos fatos da vida, na medida em que o direito brasileiro tem admitido efeitos de família ao concubinato e às famílias simultâneas; exemplo é o art. 1.708 do

Barra lateral do leitor - Página marcada

A opção "**Página marcada**" possibilita ao usuário marcador/destacar a página que está sendo acessada.

< VOLTAR



Menu



Buscar



Marcar página



Estilo



Referência



CAPÍTULO III

Princípios do Direito de Família

Sumário: 3.1. Princípios aplicáveis ao direito de família. 3.1.1. Princípio da laicidade. 3.2. Princípio da dignidade da pessoa humana e família. 3.3. Princípio da solidariedade familiar. 3.4. Princípio da igualdade familiar e direito à diferença. 3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros. 3.4.2. Emancipação progressiva da mulher no direito de família brasileiro. 3.5. Princípio da liberdade familiar. 3.6. Princípio da responsabilidade familiar. 3.7. Princípio da afetividade. 3.8. Princípio da convivência familiar. 3.9. Princípio do melhor interesse da criança.

3.1. Princípios Aplicáveis ao Direito de Família

Os princípios jurídicos, inclusive os constitucionais, são expressos ou implícitos. Estes últimos podem derivar da interpretação do sistema constitucional adotado ou podem brotar da interpretação harmonizadora de normas constitucionais específicas (por exemplo, o princípio da afetividade). No Capítulo VII do Título VIII da CF/1988 há ambas as espécies, particularmente pela especificação dos princípios mais gerais às peculiaridades das relações de família.

Além dos princípios fundamentais e gerais, há princípios específicos no âmbito do direito de família, aplicáveis a situações determinadas. Por exemplo, o princípio da monogamia, presente na cultura judaico-cristã, não é mais geral, em virtude do fim da exclusividade da família matrimonial, no direito brasileiro. Persiste como princípio específico aplicável à entidade familiar constituída pelo casamento. Todavia, até mesmo em relação ao casamento, esse princípio tem sido atenuado pelos fatos da vida, na medida em que o direito brasileiro tem admitido efeitos de família ao concubinato e às famílias simultâneas; exemplo é o art. 1.708 do

Busca por palavras chaves

A BDS possui uma ferramenta de pesquisa por palavras chaves dentro dos livros digitais.



Busca por palavras chaves

Buscar no livro ×

← falta de controle de abastecimento ×

Resultados da busca 2-2

Rede Logística de Retorno (r... Página 3

b) Incerteza e falta de controle de abastecimento

1. Rede logística de retorno: planej... Página 29

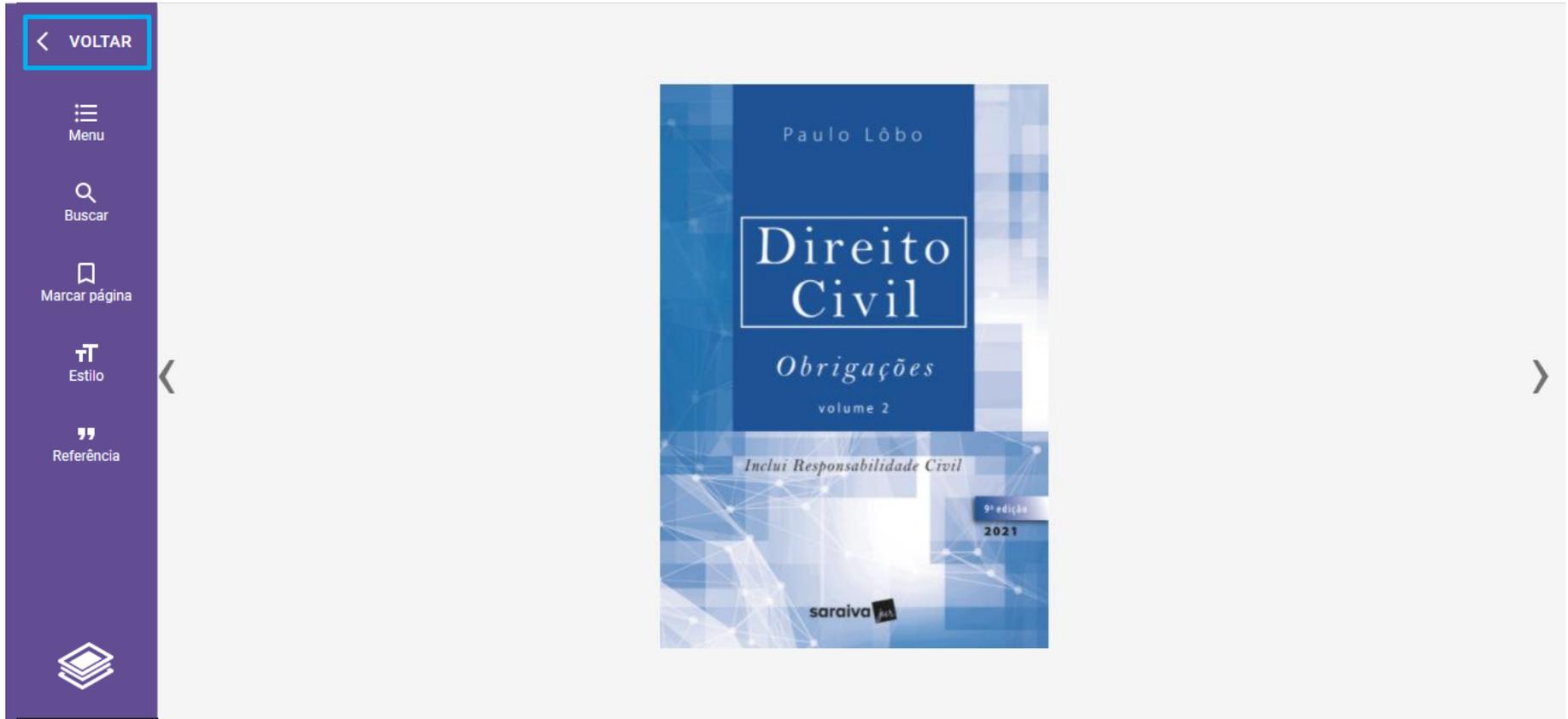
Incerteza e falta de controle de abastecimento

de retorno: planejamento e recursos

unrimentos

Retorno a galeria da BDS

Ao clicar na opção "**Voltar**", o usuário será redirecionado a **galeria de obras BDS**, onde poderá navegar pela estante de livros.



Periódicos

A BDS oferece uma curadoria de diversos links de periódicos feita por especialistas da Saraiva. Neles, os usuários encontrarão diversos artigos, resumos e resenhas publicadas por e para a comunidade acadêmica.



The screenshot shows the Saraiva Educação website interface. At the top, there is a purple header with the Saraiva Educação logo on the left, a search bar in the center with the placeholder text "Buscar por título, autor, ISBN e assunto", and a user profile icon with the initials "LL" on the right. Below the header, a left sidebar contains navigation links: "Início" with a home icon and "Periódicos" with a graduation cap icon, the latter being highlighted with a blue border. The main content area is titled "Periódicos" and includes a descriptive paragraph: "Para facilitar seus estudos, aqui está uma curadoria de diversos links de periódicos feita por especialistas da Saraiva. Neles, você vai encontrar diversos artigos, resumos e resenhas publicadas por e para a comunidade acadêmica." Below this text are three purple square buttons with white icons and text: "Administração" with a briefcase icon, "Ciências contábeis" with a pie chart icon, and "Direito" with a gavel icon. Each button has a small external link icon (an arrow in a circle) next to the text.

Usuários com restrição de visão

Recomendamos a utilização do leitor **NVDA** para usuários com restrição de visão.

NVDA lê automaticamente tudo o que o cursor do mouse aponta e pode ser utilizado também para leitura de livros digitais da Biblioteca Digital Saraiva.

Link para instalar: <https://nvda.softonic.com.br/?ex=BB-1857.3>





saraiva
EDUCAÇÃO